

# Desenvolvimento Sustentável no Brasil

## Agenda 21

**Marina Silva**

Ministra do Meio-Ambiente  
Brasil

O conceito de desenvolvimento sustentável, divulgado através do relatório Nosso Futuro Comum, implica na tese de que o desenvolvimento é possível ser atingido sem que para isso tenhamos que destruir o meio ambiente. A partir desse conceito, o documento propôs a união de todos os países para a superação da degradação crescente do ambiente global na atmosfera, florestas, rios e oceanos.

A idéia de que é necessário um esforço comum e planetário para se corrigir os rumos do modelo de desenvolvimento econômico e social se firmou no cenário político. Entretanto, não há como afirmar que o desenvolvimento vigente no mundo globalizado poderia ser considerado sustentável com o panorama de concentração de poder econômico, de renda, especulação financeira, aumento da extração de recursos naturais, poluição e impactos ambientais em escala global capazes até de causar fenômenos climáticos devastadores. No entanto, o simples fato de assistirmos a uma crescente preocupação com os problemas ambientais e com a necessidade de atingirmos um patamar de desenvolvimento saudável é um sinal animador de que estas questões estão, gradativamente, sendo percoladas no tecido social em nível mundial e formando a consciência da população. E não é somente isso: nos últimos 10 anos houve um enorme avanço na geração de conhecimentos científicos relacionados a estas questões o que, inclusive, vem provocando uma revolução nos paradigmas até então vigentes. Tudo indica que vivemos o início de um grande ciclo de uma nova forma da organização do saber baseada na transdisciplinaridade.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 92, adotou o conceito de desenvolvimento sustentável e inovou, propondo a Agenda 21, iniciativa assinada por 179 países presentes no evento. Este documento que passou a se constituir no mais importante resultado do evento, reúne o conjunto mais amplo de premissas e recomendações sobre como as nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e a iniciarem seus programas de sustentabilidade. Trata-se de um volume com 40 capítulos e 800 páginas, que descreve programa de ação sobre a inserção do meio ambiente na matriz do desenvolvimento. Nele constam tratados nas áreas que afetam a relação entre o meio ambiente e a economia, abrangendo a atmosfera, energia, desertos, oceanos, água doce, tecnologia, comércio internacional, pobreza e população.

O documento é dividido em quatro seções: dimensões sociais e econômicas sobre as políticas internacionais que podem ajudar na concretização do desenvolvimento sustentável, as estratégias de combate à pobreza e à miséria e a introdução de mudanças nos padrões de produção e de consumo; conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento sobre o manejo dos recursos naturais e dos resíduos e substâncias tóxicas; fortalecimento do papel dos principais grupos sociais que sugere ações necessárias para promover a participação da sociedade civil; e meios de implementação que trata dos mecanismos financeiros e dos instrumentos jurídicos para a implementação de projetos e programas com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Com esse contexto, podemos afirmar que a Agenda 21 entrou na vida de nossas sociedades como um fator organizador da pauta prioritária das diversas localidades e de implantação de mecanismos de melhoria da qualidade de vida de toda a população. Com o processo de implementação da Agenda 21, uma grande quantidade de novos atores e de grupos sociais foram se formando e se firmando, tornando a sociedade co-responsável pelo projeto de desenvolvimento sustentável de sua comunidade, de sua cidade e até de seu país. É importante salientar que não se trata de uma agenda ambiental, e sim uma agenda para o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, o processo de construção da Agenda 21 brasileira compreendeu um amplo diagnóstico que mobilizou todos os segmentos interessados em debates públicos em 26 estados e reflexão por pelo menos 40 mil pessoas, representando diversos setores governamentais e da sociedade civil. Todo este movimento produziu a Agenda 21 Brasileira, que se divide em seis temas básicos: Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-Estrutura e Integração Regional, Gestão e Recursos Naturais, Redução das Desigualdades Sociais e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. O resultado deste trabalho encontra-se nos dois fascículos da Agenda 21 Brasileira: Resultado da Consulta Nacional e Ações Prioritárias, lançada em 2002, pouco antes da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, ou Rio + 10.

Joanesburgo, por sua vez, foi para o Brasil o momento de reafirmação da validade da Rio 92 e de renovação de uma parceria internacional baseada em objetivos comuns, que aproxima países desenvolvidos e em desenvolvimento para a promoção do desenvolvimento sustentável nos níveis global, regional, nacional e local. Além disso, promoveu uma grande participação das organizações não governamentais, movimentos sociais, setores empresarial, acadêmico e científico, reconhecendo a importância do envolvimento de todos os atores para o alcance das metas do desenvolvimento sustentável. No entanto, são muitas as críticas, especialmente por parte da sociedade civil organizada, de que avançamos pouco até e durante a cúpula. Mas se o Brasil conseguir cumprir as tarefas de implementação dos compromissos ali aprovados e renovar o compromisso com a cooperação, poderemos contribuir muito para um futuro em que a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e o estabelecimento de padrões de consumo e produção sustentáveis sejam realidade.

A hora é de dirigir o debate para a viabilização das ações, compromissos e objetivos acordados no Plano de Implementação de Joanesburgo e, ainda mais, na Agenda 21. Trata-se de trabalhar e pensar formas criativas e que levem a resultados concretos para caminharmos na trilha da sustentabilidade tendo, em primeiro lugar, muito claros os objetivos de implementação, considerando nossas necessidades no que se refere à energia renovável, ao abastecimento da água potável, acesso aos recursos da biodiversidade, beneficiamento de produtos agrícolas e agroflorestais, entre outros. Essa responsabilidade é dividida entre os governantes, as ONGs e movimentos sociais e o empresariado que, por sua vez, tem sinalizado uma boa disposição para o pensamento de longo prazo visando a durabilidade dos recursos naturais e humanos.

***"A história está nos dizendo que somente através do debate entre todos os setores da sociedade é possível a construção de uma força política que seja porta-voz das demandas dos cidadãos, que vivem os problemas sociais e ambientais nas suas próprias localidades."***

De fato, Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 são hoje dois conceitos que estão, lado a lado, marcando nosso vocabulário desde a última década, mas quais são os princípios norteadores das ações que nos levam a crer que podemos implementá-los? Em primeiro lugar, a premissa máxima é a defesa da vida com busca constante de qualidade e equilíbrio das relações entre as pessoas e delas com todas as formas e manifestações vivas da natureza. A partir desse princípio, podemos buscar um desenvolvimento voltado para a justiça social e, integrando o direito de um ambiente saudável a todos, para a justiça ambiental que, para o nosso governo, significa que a maioria da população não se exponha aos efeitos ambientais negativos das ações políticas e econômicas, tenha acesso equitativo aos recursos naturais e às informações relevantes sobre esses recursos, os riscos ambientais e processos democráticos de decisão sobre políticas e projetos de sua localidade.

O desafio é grande pois apesar de ser claro o consenso de que é impossível termos soluções ambientais dissociadas das sociais, econômicas, culturais e éticas, o discurso continua fragmentado, de difícil assimilação. Nesse sentido, é preciso reunir esforços para traduzir a sustentabilidade nos mais diferentes níveis que a condicionam, sem perder sua unidade. A sustentabilidade é, por si, estratégica, integrada e seu caráter transversal faz com que possa se tornar a grande ferramenta para o exercício político dos governantes no Brasil, que já conta com uma base forte como o amadurecimento das relações entre os diferentes grupos e setores do campo sustentabilista e a existência de uma gama de informações de qualidade sobre o tema, com foco na ação governamental.

Não temos dúvidas que a Agenda 21 atende aos complexos requisitos para acionar e manter funcionando o motor da sustentabilidade. De acordo com os princípios estabelecidos pelo governo Luis Inácio Lula da Silva, de ter uma política ambiental que seja integrada e que dialogue com o desenvolvimento, a Agenda 21 se torna um dos principais instrumentos para se atingir a transversalidade da gestão ambiental nas políticas de governo já que sua metodologia pontualmente viabiliza a inclusão social com desenvolvimento no seu sentido mais amplo, geração de renda e preservação do meio ambiente. Mas como isso pode ser viável? A história está nos dizendo que somente através do debate entre todos os setores da sociedade é possível a construção de uma força política que seja porta-voz das demandas dos cidadãos, que vivem os problemas sociais e ambientais nas suas próprias localidades. Portanto, a Agenda 21 – que tem provado ser um guia eficiente para processos de união da sociedade, compreensão dos conceitos de cidadania e de sua aplicação, influenciando a formação de políticas públicas – é um dos grandes instrumentos de construção de uma democracia participativa e uma cidadania ativa para o Brasil. O momento é de colocar sua implementação e disseminação em ampla atividade.

Em 2003, a importância estratégica que a Agenda 21 conquistou, levou o governo a considerá-la como Programa no Plano Plurianual - PPA 2004-2007. O Programa Agenda 21 é composto por três ações fundamentais: promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, para estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável; promover a elaboração e implementação de Agendas 21 Locais com base nos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira que, em consonância com a Agenda global, reconhece a importância do nível local na concretização de políticas públicas sustentáveis e articular uma estratégia nacional para a formação continuada de agentes regionais que promovam o desenvolvimento local sustentável, por meio da disseminação dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira e indução dos processos de elaboração e implementação de Agendas 21 Locais.



**E**m relação à Agenda 21 Local, temos hoje 400 processos em curso - quase o dobro do número catalogado até 2002 - e nossa meta é termos, até o final do governo, 1.500 experiências em todo o País. Para operacionalizar esse processo, esforços em torno de incentivos aos diversos atores da sociedade a implementá-las em suas localidades estão sendo empreendidos pela equipe do Programa e do MMA como um todo para capacitar e monitorar processos em comunidades e acompanhar a implementação dos Fóruns da Agenda 21 Local. Ainda durante 2003 foi lançado, num misto de parcerias institucionais e por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, um edital para a construção de 64 novas Agendas 21 locais, o maior em demanda induzida da história do Fundo. Outros financiamentos como o Banco do Nordeste e a Caixa Econômica Federal também aderiram ao fomento às Agendas 21 Locais.

Incorporados às atividades como sendo disseminadores e educativos, os eventos Encontro Nacional das Agendas 21 Locais e a Conferência Nacional de Meio Ambiente também fizeram parte das atividades da Agenda 21 nesse ano. O primeiro Encontro Nacional das Agendas 21 Locais, realizado em novembro em Belo Horizonte, contou com a participação de cerca de 2.000 pessoas de todas as regiões brasileiras, o que confirmou o grande interesse da sociedade pelos temas da Agenda 21 e, principalmente, consagrou este como sendo um processo amplo e eficaz que envolve e estimula a participação. Ainda sobre informação e educação, e em parceria com o Ministério da Educação, foi desenvolvido e executado o Programa de Formação em Agenda 21, voltado para a formação de cerca de 10.000 professores das escolas públicas do País que, através do programa de TV Salto para o Futuro, da TVE, discutiram a importância de se implementar a Agenda 21 nas comunidades e na escola. Em consonância com o Planejamento Estratégico do programa Agenda 21, esse programa de formação terá continuidade e irá envolver, além dos professores, os participantes dos Fóruns Locais da Agenda 21, sejam eles representantes da sociedade civil ou de governos.

Outra grande ação, a internalização da Agenda 21 Brasileira na construção de políticas públicas nos diferentes níveis de governo, é considerada fundamental para que possamos dar um salto de qualidade e avançar na construção de um Brasil Sustentável. Assim, no dia 28 de novembro, o presidente Luis Inácio Lula da Silva assinou o decreto ampliando a CPDS - Comissão de Política para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional, de 10 para 34 membros, dando-lhe maior representatividade e capacidade de coordenação do processo da Agenda 21 e procurando envolver o conjunto do governo federal nesse processo. As instituições que compõe este novo quadro são: Ministério do Meio Ambiente, que preside a Comissão, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que exercerá a vice-presidência, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Relações Exteriores, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério da Cultura, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA, a Associação Brasileira das Entidades de Meio Ambiente - ABEMA, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS, Fórum da Reforma Urbana; entidade representativa da juventude, de organização de direitos humanos, de comunidades indígenas, de comunidades tradicionais, de direitos do consumidor; de entidades empresariais, da comunidade científica, do Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS e de centrais sindicais. A CPDS atua no âmbito da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais do Conselho de Governo e dentre as suas competências estão a coordenação da implementação da Agenda 21 Brasileira, o apoio a processos de Agendas 21 Locais, inclusive com propostas de mecanismos de financiamento, e o acompanhamento da elaboração e avaliação da implantação do PPA.

**F**inalmente, e para aumentar nosso rol de parceiros, ampliamos o diálogo com os governos municipais e estaduais e com o parlamento, por meio da Frente Parlamentar mista da Agenda 21. Esta frente, composta de 107 Deputados Federais e 26 Senadores, tem como principais objetivos articular o Poder Legislativo brasileiro, nos níveis federal, estadual e municipal, para permitir uma maior fluência na discussão dos temas ambientais, disseminação de informações relacionadas a eles e mecanismos de comunicação com a sociedade civil.

Incorporar os princípios da sustentabilidade nas políticas públicas nacionais, assim como nas ações dos diferentes segmentos sociais é um processo que exige mudanças culturais, de padrões e hábitos enraizados há muito em nossa sociedade. A intenção que suscita é que o governo como um todo e os diversos segmentos da sociedade entendam que o desenvolvimento pode ser uma grande chance de construção coletiva da sustentabilidade no País. Somos todos responsáveis por colaborar na realização de uma mudança de caminhos e atitudes, que implique em desenvolvermos capacidade de mobilização e realização, para transformar conflitos em cooperação e estabelecermos o consenso a partir da ética que surge nas relações entre os homens e mulheres e a natureza, para assim gerar a preservação e a qualidade da vida que merecemos. ■

